



Resenha

A Etnogênese Kalunga: Da identidade às performances^{*} *Kalunga's Ethnogenesis: From identity to performances*

Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite^{**} e Maria Zeneide Carneiro Magalhães De Almeida^{***}

* Recebido em: 01.06.2019.
Aprovado em: 11.07.2019

** Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás..
Email: edmacibarbosa@hotmail.com

*** Professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).
Email: zeneide.cma@gmail.com

¹ O termo “Vão” indica literalmente um vão entre os morros, serras e rios da região, ou seja, um pedaço de terra mais ou menos plano localizado entre os morros e serras às margens dos rios, constituindo um lugar perfeito para se esconder de colonizadores e manter uma agricultura de subsistência, além de ser possível várias rotas de fuga, seja pelo rio ou pelos morros. Assim, a região ficou conhecida como Vãos da Serra Geral, e algumas comunidades levam o nome de vão, como o Vão do Moleque no município de Cavalcante e o Vão de Almas no município de Teresina de Goiás (MARINHO, p. 10, 2019).

MARINHO, Thais Alves. *Kalunga: os Donos da Terra*. Curitiba. Brazilian Publishing. 2019.

É com imensa expectativa e contentamento que apresento a obra *Kalunga: os Donos da Terra*, de Thais Alves Marinho. Trata-se da publicação de sua dissertação de mestrado em sociologia pela faculdade de Ciências Humanas e Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Ressalta-se que esta pesquisa é de grande contribuição para os estudos nessa temática.

Essa obra teve como objetivo discutir a relação da identidade com a territorialidade, na comunidade de remanescentes de quilombos Kalunga localizada no nordeste de Goiás. Trata de um estudo de caso em quatro povoados da região (Curriola, Maiadinha e Taboca localizados no Vão¹ do Moleque). A comunidade Kalunga estudada pode ser distribuída em quatro agrupamentos: Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho II, nos municípios de Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante. Recentemente, um grupo de Arraias e Paranã, no Tocantins passou a reivindicar a

identidade étnica Kalunga para se autoneomarem, são conhecidos como Kalunga do Mimoso. Em 2017, saiu a certificação dessa comunidade do estado vizinho.

Em seus relatos iniciais enfatiza alguns problemas iniciais percebidos em sua pesquisa durante suas visitas nos festejos da região e relata alguns dos recorrentes problemas para a comunidade. Observou que “os mais velhos “clamam” que no passado se dançava mais sussa e curraleira e que agora o povo bebia muito e ouvia apenas forró” (MARINHO, 2019, p.25), assim as pessoas idosas associam esses “males” à proximidade com a “rua” (zona urbana e cidades)”.

Na obra a autora cita que apesar da hospitalidade e do bom humor sempre presentes entre os Kalunga, outros problemas começaram a aparecer: uma vida difícil marcada por lutas, não há abastecimento de água, energia elétrica ou esgoto, secas (por fatores climáticos), estradas precárias, faltam pontes em diversos locais, além de médicos e hospitais.

Evidencia-se diante das leituras realizadas que a realidade dos Kalunga é marcada pela insuficiência nas diferentes áreas



sociais como: no sistema educacional; falta de documentação pessoal, dificuldades em obter aposentadoria, condições financeiras; enfraquecimento da organização comunitária o que gera o desconhecimento das formas de acesso aos programas governamentais; além do êxodo para as cidades; outro fator de baixo aproveitamento é o das matérias-primas locais e dos recursos nativos; produtividade limitada, situação fundiária não regularizada, precário serviço de infraestrutura.

A estudiosa buscou compreender as ressignificações das distintas áreas ao longo de sua formação a partir do reconhecimento dessas comunidades pela Constituição Federal Brasileira de 1988, e destaca que a relação entre identidade e territorialidade ganha uma ênfase diferenciada a partir desse período e, em específico quando as comunidades quilombolas começam a aparecer na Agenda do Governo em 2003. O que tornou possível o desenvolvimento de diversas políticas para as comunidades quilombolas.

A apreensão dos dados, metodologicamente, ocorreu por meio da observação participante, da História Oral, de fontes bibliográficas e pesquisas documentais nos fóruns, Cartórios e Casa Paroquial de Cavalcante, que possibilitaram a construção etnográfica e a reconstituição histórica no intuito de compreender os vários aspectos da cultura Kalunga que contribuiu para compreensão da identidade e territorialidade constituidoras do *habitus* Kalunga. A proposta da autora é que recentemente há um processo em curso chamado pela autora de etnicização, onde a

performatividade é marca central das relações com a sociedade inclusiva. Segundo a autora, esse recurso é realizado como meio de alcançar certos objetivos, ou ainda conseguir visibilidade do órgão estatal e da sociedade civil como um todo, no caso das comunidades remanescentes de quilombos, a autora destaca que o principal objetivo é a garantia do direito à terra, mas também existem outros.

Aponta a autora que as teorias da etnicidade não podem se basear somente a partir da constituição das fronteiras étnicas, como defende Fredrik Barth, deve-se levar em consideração que o estabelecimento da identidade étnica se dá, por meio da interpretação das impressões dos sinais diacríticos pelos agentes em interação. Nesse sentido deve se considerar que a etnicidade é um processo alicerçado nas condições históricas concretas, logo, a busca sobre a identidade étnica ou etnicidade deve considerar o processo de criação dos limites étnicos, a partir das relações de poder construídas historicamente, e do grau de consciência que os indivíduos demonstram sobre suas posições e sobre seus interesses nesse campo de atuação, que a autora chama de: étnico-quilombola. Logo, a apreensão do *habitus* dos sujeitos inseridos nas relações étnicas se torna fundamental.

Um dos pontos mais importantes do livro é, quando acentua a importância da terra Kalunga como essencial para esse povo como também na construção de sua identidade conectada ao lugar em que reside. Ressalta a autora que o território se estabelece como campo que produz identidades coletivas dos moradores que se expressa por



meio de sua cultura e das possibilidades de sua condição socioeconômica.

A autora salienta que ao estudar a comunidade Kalunga deve-se vislumbrar as distinções que marcam o *habitus* da comunidade, enquanto produto da territorialidade que constitui a identidade coletiva do grupo. Esse espaço da territorialidade como suporte da identidade comporta duas dimensões; a formação social e a produção coletiva do espaço, já salientadas pela literatura sobre o tema, mas a autora adverte para uma terceira dimensão ligada às variáveis exógenas à comunidade, que dizem respeito às articulações institucionais e discursos elaborados de vários setores como: o sociológico, antropológico, jurídico, administrativo e político.

Dessa forma para a estudiosa o contato com as famílias e as formas de moradias é relevante para interpretar a formação da comunidade Kalunga. Dispõe de trabalhos que se ocupam do estudo do negro inicialmente na sociedade escravocrata brasileira e em Goiás, a partir das análises das famílias, sistemas de produção, distribuição e consumo, relações de parentesco, das relações de produção e dos ciclos comunitários de festas para entender as relações da comunidade.

O livro está dividido em três grupos de abordagem: o primeiro apresenta a trajetória dos Negros ao longo da formação Histórica Brasileira, dos quilomboas aos Remanescentes de Quilombo; o segundo aborda a ocupação do território Kalunga,

especificamente do Vão do Moeque, a partir das relações de parentesco; o terceiro apresenta a etnografia da comunidade retratando a vida do Molequeiro em relação às distintas esferas da vida, desde os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, comunitários e religiosos.

São ressaltadas a base escravocrata e a partir da colonização do centro-oeste brasileiro, a decadência do ouro em Goiás, diversos processos de ocupação de Terras de Preto, decadência do sistema, inclusive a formação dos quilombos no Brasil a lei das terras de 1850, a abolição da escravidão de 1888, o déficit de políticas públicas, desigualdade sociorracial, a análise do reconhecimento de si a partir da Constituição Brasileira de 1988, assim como do envolvimento da socióloga Mari Baiocchi com o projeto Kalunga, além da influência do movimento negro, impactos da criação de uma usina hidroeétrica, a entrada do Governo Lula e o Decreto 4887 de 2003.

O primeiro capítulo trata de compreender a estrutura e a organização social do negro em Goiás desde o período da escravização, que deu origem ao *habitus* Kalunga e dos diversos processos que resultaram nas mais de 3.500 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.

No segundo capítulo ela analisa origem da comunidade Kalunga a partir da Constituição familiar do Vão do Moleque, mitos origens resultantes da análise da dinâmica da comunidade a partir de sua (re)configuração cultural.



No último capítulo ela toma a organização social Kalunga por meio da observação participante e sistematização dos dados coletados. A autora revela fronteiras simbólicas objetivadas pela cultura para compreender a estrutura e a organização social.

Ao final, discorre que a comunidade Kalunga constitui-se enquanto uma organização social a partir das lutas por conservar o território, o que possibilitou a proximidade das famílias em redes de relações sociais, mediadas por relações familiares e sociais. Tais estratégias foram definidoras para a luta frente às circunstâncias encontradas no contexto do capitalismo internacional. Consoante a um conjunto de leis que a partir do século XIX passou a regular o acesso à terra e ao trabalho e que ignoravam esses grupos rurais negros, propiciou a eles desenvolver um modo de vida, hábitos, tradições e uma história própria de camponeses negros sobre a terra – melhor dizendo, uma territorialidade. Assim, a construção de uma identidade de combate pela terra, balizada na memória coletiva do grupo, possibilitou a reelaboração da identidade passada e sua transformação, no presente, para a de remanescentes de quilombolas. A caracterização de sua história, a partir da matriz colonial, marcadas por atributos peculiares ajeitados às chances de serem premiados com a posse definitiva da terra.

Assim segundo a autora recriaram, reelaboraram, ressignificaram seu conteúdo étnico a partir de sua vivência histórica como grupo negro inaugurado no sistema escravista brasileiro, num processo nomeado por ela de etnicização.

A etnicização, enquanto discurso e performances de autoafirmação étnica, é uma estratégia construída ao longo do tempo a partir da atuação pioneira de Mari Baiocchi desde a década de 1980, com o Projeto Kalunga, também do movimento negro e dos antropólogos na constituição dos direitos quilombolas na CFB. A estudiosa sublinha a memória como fonte condutora para a compreensão da territorialidade Kalunga, essa materialização com a identidade permitiu criar novas categorias que permitiu compreender as formas de dominação nas diversas comunidades e como reelaboram suas formas de enfrentamento para transmutar suas posições na sociedade.

No entanto, a base para a etnicização permanece sendo a categoria Kalunga. Ou seja, a identidade mediada pelo contexto familiar em seus aspectos culturais e sociais alicerçados em sua condição camponesa e quilombola em seus diversos usos e costumes podendo esboçar fronteiras étnicas como constituir critérios de condição social. A estudiosa aponta que é o parentesco na comunidade Kalunga que dá a pertença Kalunga, ou seja, concerne a autoidentificação pautada pela identidade situacional nos laços de parentesco e na territorialidade.